



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

DECRETO Nº 1457 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Regulamenta a Lei nº 1.214, de 22 de outubro de 2014, que institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição legal que lhe é conferida pela alínea “a” do inciso I do artigo 86 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 2º da Lei Municipal nº 1.214, de 22 de outubro de 2014,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)

SEÇÃO I

Da definição da NFS-e

Art. 1º. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Monte Carmelo/MG, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços.

SEÇÃO II

Das informações necessárias à NFS-e

Art. 2º. A NFS-e, conforme modelo constante do Anexo I, integrante deste decreto, conterá as seguintes informações:

- I – Número sequencial;
- II – Data da emissão;
- III – Código de verificação de autenticidade;
- IV – Número e Data de emissão do Recibo Provisório de Serviços – RPS a que se refere, caso tenha emitido;
- V – Município da Prestação do(s) Serviço(s);
- VI – Regime de Recolhimento;
- VII – Forma de Recolhimento;
- VIII – Identificação do Prestador de Serviços, com:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- a) Razão Social;
- b) Endereço;
- c) Inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário;
- d) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- e) E-mail;
- f) Fone/Fax;

IX – Identificação do Tomador de Serviços, com:

- a) Nome ou Razão Social;
- b) Endereço;
- c) Inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC - Mobiliário, se houver;
- d) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) E-mail;
- f) Fone/Fax;
- g) Indicação de Substituto Tributário, inscrito no Município, quando for o caso;

X – Código do(s) Serviço(s), equivalente ao número do subitem da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 01, de 17 de dezembro de 2003;

XI – Discriminação do(s) serviço(s);

XII – Valor do(s) Serviço(s);

XIII – Valor das Retenções Federais (PIS, COFINS, INSS, IR e CSLL);

XIV – Valor dos Descontos;

XV – Valor de Outras Retenções;

XVI – Valor do ISSQN Retido na Fonte;

XVII – Total das Retenções;

XVIII – Valor Líquido;

XIX – Valor dos Repasses;

XX – Valor das Deduções, nos casos permitidos pela legislação tributária;

XXI – Valor da Base de Cálculo;

XXII – Alíquota;

XXIII – Valor do ISSQN;

XXIV – Outras Informações, com:

- a) Indicação de Isenção, Imunidade, Suspensão por Decisão Judicial ou por Procedimento Administrativo, relativas ao ISSQN, quando for o caso;
- b) Outras informações de interesse do Prestador do(s) Serviço(s).

§ 1º A NFS-e conterá as seguintes expressões:

I – No cabeçalho:

- a) “Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e”;

II – No rodapé:

- a) “Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – Minas Gerais”;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

- b) “Secretaria Municipal de Planejamento Urbano”;
- c) “Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – ISSQN”.
- d) “Praça Getúlio Vargas, nº 272 – Centro – Monte Carmelo – MG – CEP: 38.500-000”;
- e) “www.montecarmelo.mg.gov.br” e “nfse@montecarmelo.mg.gov.br”

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso IX do “caput” deste artigo poderá ser opcional, mediante Regime Especial a critério e conveniência do Fisco Municipal, nos casos em que o serviço prestado requer.

§ 4º Serão admitidas, na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, outras informações, tais como, logomarcas e *slogans*.

§ 5º A critério do contribuinte, na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, poderão conter outras informações não obrigatórias pela legislação tributária municipal, desde que não contrariem as disposições legais e/ou constantes nesse Decreto.

§ 6º O destaque de outros tributos e contribuições federais é facultativo e constitui-se mera indicação de controle e não gera redução na base de cálculo do ISSQN.

SEÇÃO III
Do Regime Especial

Art. 3º. O Regime Especial de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, bem como o Regime Especial de Recolhimento poderão ocorrer:

- I – A pedido do contribuinte;
- II – De ofício pela autoridade tributária.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a pessoa jurídica deverá solicitar o Regime Especial, à Divisão de Tributos – ISSQN da Diretoria de Receitas Municipais da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, com a exposição dos motivos, não importando, necessariamente, em deferimento do referido regime.

§ 2º Ocorrendo o deferimento a que se refere o parágrafo anterior, o mesmo não importará em direito adquirido, podendo ser revogado, modificado ou alterado, a qualquer tempo, a critério do Fisco Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, ocorrerá quando a pessoa jurídica prestadora de serviços, deixar de cumprir com as obrigações tributárias acessórias e principal, previstas na legislação tributária do município de Monte Carmelo, bem como nos casos definidos como ilícito tributário e, também nas situações previstas como crime à ordem econômica e tributária.

SEÇÃO IV

Da Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

Art. 4º. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e será emitida por prestador de serviços estabelecido no município de Monte Carmelo, devidamente inscrito no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário, considerando-se cada estabelecimento da pessoa jurídica:

I – Sempre que executar serviço;

II – Quando receber adiantamento, sinal ou pagamento antecipado, inclusive em bens ou direito.

Art. 5º. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e devem ser emitidas “on-line”, por meio da Internet, no endereço eletrônico: “<http://www.montecarmelo.mg.gov.br>”, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Termo de Responsabilidade (Anexo II);

II – Procuração para Retirada de Senha de Acesso (Anexo III);

III – Termo de Opção para Acesso à Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e (Anexo V).

§ 1º O contribuinte emitente de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deverá fazê-lo para todos os serviços prestados.

§ 2º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deverá ser impressa em via única, a ser entregue ao tomador de serviços, salvo se enviada por “e-mail” ao tomador de serviços, por sua solicitação.

§ 3º O fornecimento da Senha de Acesso ao sistema de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, implicará em autorização pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

§ 4º No caso da pessoa jurídica devidamente inscrita no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário e já possuir Senha de Acesso ao sistema ISS WEB até a data de publicação deste Decreto, e enquadrando-se nas hipóteses previstas no artigo 11, e queira optar pela emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, por meio da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Internet, no endereço eletrônico: “<http://www.montecarmelo.mg.gov.br>”, bastará a apresentação do documento relacionado no inciso III deste artigo.

§ 5º Já no caso da pessoa jurídica devidamente inscrita no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário e que ainda não possui Senha de Acesso ao sistema ISS WEB até a data de publicação deste Decreto, e enquadrando-se nas hipóteses previstas no artigo 11, e queira optar pela emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, por meio da Internet, no endereço eletrônico: “<http://www.montecarmelo.mg.gov.br>”, deverá apresentar os documentos relacionados nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 6º Na hipótese de a pessoa jurídica iniciar suas atividades, após a edição deste Decreto, a Senha de Acesso ao sistema ISS WEB bem como o acesso para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, por meio da Internet, no endereço eletrônico: “<http://www.montecarmelo.mg.gov.br>”, somente serão autorizados mediante apresentação dos documentos relacionados nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 7º Após o ingresso no sistema de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, seja por opção ou por obrigatoriedade, é vedado ao prestador emitir qualquer espécie de Nota Fiscal de Serviços que não seja a Eletrônica, salvo em caso de Regime Especial.

§ 8º Os valores do ISSQN declarados no sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e não pagos ou pagos a menor, constituem confissão de dívida sujeitos à inscrição em Dívida Ativa independente de ação fiscal.

§ 9º Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando o serviço prestado sofrer a retenção do tributo na fonte.

SEÇÃO V
Do Recibo Provisório de Serviços – RPS

Art. 6º. No caso de eventual impedimento da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços – RPS, que deverá ser substituído por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e na forma deste regulamento.

Art. 7º. O prestador de serviços que emitir RPS, na forma do artigo anterior, poderá efetuar a sua substituição por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, mediante a transmissão em lote dos RPSs emitidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 8º. O RPS será emitido através de programa disponibilizado pela Prefeitura, ou por meio do sistema próprio do contribuinte, e deve ser emitido em 2 (duas) vias contendo os mesmos dados da NFS-e, sendo a primeira via destinada ao tomador dos serviços e a segunda ao emitente.

Parágrafo único – Será facultado o uso da Fatura, anexa ao RPS.

Art. 9º. O RPS, constante do Anexo IV, deverá conter as seguintes informações:

- I – A expressão “RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS – RPS”;
- II – Número sequencial;
- III – Data da emissão;
- IV – Código de verificação de autenticidade;
- V – Município da Prestação do(s) Serviço(s);
- VI – Regime de Recolhimento;
- VII – Forma de Recolhimento;
- VIII – Identificação do Prestador de Serviços, na forma do inciso VIII do artigo 2º;
- IX – Identificação do Tomador de Serviços, na forma do inciso IX do artigo 2º;
- X – Código do(s) Serviço(s), equivalente ao número do subitem da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 01, de 17 de dezembro de 2003;
- XI – Discriminação do(s) Serviço(s);
- XII – Valor Total do(s) Serviço(s);
- XIII – Valor das Retenções Federais (PIS, COFINS, INSS, IR e CSLL);
- XIV – Valor dos Descontos;
- XV – Valor de Outras Retenções;
- XVI – Valor do ISSQN Retido na Fonte;
- XVII – Total das Retenções;
- XVIII – Valor Líquido;
- XIX – Valor dos Repasses;
- XX – Valor das Deduções, nos casos permitidos pela legislação tributária;
- XXI – Valor da Base de Cálculo;
- XXII – Alíquota;
- XXIII – Valor do ISSQN;
- XXIV – Outras Informações, com:
 - a) Indicação de Isenção, Imunidade, Suspensão por Decisão Judicial ou por Procedimento Administrativo, relativas ao ISSQN, quando for o caso;
 - b) Outras informações de interesse do Prestador do(s) Serviço(s).
- XXV – A mensagem: “É OBRIGATÓRIA A CONVERSÃO DESTES RPS EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Art. 10. O RPS, deverá ser substituído por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e até 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao de sua emissão, não podendo ultrapassar 10 (dez) dias, contados da prestação de serviços.

§ 1º O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser postergado caso vença em dia não útil.

§ 2º A substituição do RPS pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, fora do prazo, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 3º A não-substituição do RPS pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e equipara-se à não emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, e sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor, sem prejuízo do bloqueio para emissão de novo RPS.

SEÇÃO VI

Da obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

Art. 11. Ficam obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, a partir de 1º de julho de 2015, todas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços, inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário, inclusive as optantes pelo Simples Nacional, independentemente da atividade que exerçam e/ou da receita auferida.

§ 1º Ficam obrigadas à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, a partir de 1º de fevereiro de 2015, todas as pessoas jurídicas que vierem a se inscrever no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário, inclusive as optantes pelo Simples Nacional, independentemente da atividade que exerçam e/ou da receita auferida.

§ 2º Ficam obrigadas à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, a partir de 1º de fevereiro de 2015, todas as pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário e que tem como atividade a prestação de serviço de representação de qualquer natureza, inclusive comercial, ainda que optantes pelo Simples Nacional, independentemente da atividade que exerçam e/ou da receita auferida.

§ 3º Na hipótese do contribuinte exercer mais de uma atividade de prestação de serviços, a obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e dar-se-á para todas as atividades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

SEÇÃO VII

Da não obrigatoriedade da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

Art. 12. Ficam desobrigados da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e:

- I – Até 30 de junho de 2015: as pessoas jurídicas prestadoras de serviços, inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário antes da data de publicação deste Decreto, inclusive as optantes pelo Simples Nacional, independentemente da atividade que exerçam e/ou da receita auferida, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º, do Artigo 11, deste Decreto;
- II – As instituições financeiras;
- III – As sociedades uniprofissionais que recolhem o ISSQN/Fixo Anual, desde que apresentem ao tomador dos serviços, Certidão Negativa de Débito do Município;
- IV – Os Microempreendedores Individuais – MEIs, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelas Resoluções expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, que emitirem Nota Fiscal de Prestação de Serviços para pessoa física;
- V – As empresas de transporte coletivo de passageiros;
- VI – Correios.

SEÇÃO VIII

Da opção da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

Art. 13. Os prestadores de serviços inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes – CMC – Mobiliário, desobrigados da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, poderão optar por sua emissão.

Parágrafo único. Os prestadores de serviços que optarem pela emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, iniciarão sua emissão após o deferimento do pedido, devendo apresentar ao Fisco Municipal todas as notas fiscais convencionais ainda não emitidas, as quais serão inutilizadas.

Art. 14. A opção para emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, depende de autorização da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, mediante a apresentação do Termo de Opção para Acesso à Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, previsto no inciso III do art. 5º.

§ 1º A opção tratada no “caput” deste artigo, uma vez deferida, é irretratável e irrevogável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

§ 2º Os prestadores de serviços autônomos, ficam proibidos de fazer a opção para emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, de que trata o “caput” deste artigo.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

Do Documento de Arrecadação Municipal – DAM

Art. 15. O recolhimento do ISSQN, referente à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, deverá ser feito exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, emitido pelo sistema específico para a modalidade de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

§ 1º Não se aplica o disposto no “caput”:

I – Aos órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos Estados e do Município de Monte Carmelo, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, que recolherem o ISSQN retido na fonte por meio dos sistemas orçamentário e financeiro dos governos federal, estadual e municipal, ou por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM convencional;

II – Às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), estabelecidos no Município de Monte Carmelo e enquadrados no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, ressalvados os casos em que o recolhimento do ISSQN, deverá ser feito por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM convencional.

§ 2º O recolhimento do ISSQN de que trata o *caput* deste artigo, deverá ocorrer independentemente da conversão de RPS em NFS-e.

SEÇÃO II

Do cancelamento da NFS-e e das obrigações acessórias

Art. 16. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, disponível no site “www.montecarmelo.mg.gov.br”, até 5 (cinco) dias contados da data de sua emissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no *caput* desse artigo, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

Art. 17. Os prestadores de serviços que emitirem Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, nos termos fixados neste Decreto, ficam desobrigados da escrituração convencional do Livro de Registro de Serviços Prestados e/ou do Livro de Registro de Serviços Tomados.

§ 1º Na hipótese de o prestador do serviço não vier a ter receita de prestação de serviços, em determinado período, a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados – DESP, deverá ser enviada, “SEM MOVIMENTO”.

§ 2º Na hipótese de o tomador do serviço não vier a contratar serviços de terceiros, em determinado período, a Declaração Eletrônica de Serviços Tomados – DEST, deverá ser enviada, “SEM MOVIMENTO”.

CAPÍTULO III
Das disposições finais

Art. 18. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e emitidas poderão ser consultadas em sistema próprio da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo até que tenha transcorrido o prazo decadencial, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. Após transcorrido o prazo previsto no *caput* deste artigo, a informação ficará disponível pelo prazo de 90 (noventa) dias para solicitação e será fornecida em arquivo magnético.

Art. 19. Qualquer tipo de comprovante que tenha sido emitido em razão da prestação de serviço, sem a correspondente emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, poderá vir a ser utilizado como prova de omissão de receita tributária.

Art. 20. Até o dia 30 de junho de 2015 o Secretário Municipal de Planejamento Urbano poderá, a seu critério, independente do estabelecido nesse Decreto, definir outros prestadores de serviços obrigados a emitirem Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, ou mesmo estabelecer Regime Especial para os casos omissos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

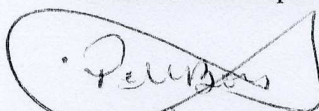
Art. 21. Os Regimes Especiais de recolhimento do ISSQN, assim como os Regimes Especiais de emissão de notas fiscais existentes deixam de ser aplicados aos contribuintes que optarem ou forem obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 23. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Monte Carmelo-MG, 05 de Dezembro de 2014.


Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal



Vilson Vieira Borges
Secretario Municipal de Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO
Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

ANEXO I

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

Número: 1	Emitida em: XX/XX/XXXX	Código de Verificação: XXXXXXXXXX	RPS	
			Número:	Data:
Município da Prestação do(s) Serviço(s):		Regime de Recolhimento:	Forma de Recolhimento:	
PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)				
LOGOMARCA SLOGAN	Razão Social:			
	Endereço:			
	CMC:	CNPJ:	Fone/Fax:	
	E-mail:			
TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)				
Nome ou Razão Social:				
Endereço:				
CMC:	CNPJ/CPF:		Fone/Fax:	
E-mail:				
Substituto Tributário:				
CÓDIGO DO(S) SERVIÇO(S):				
DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):				
R\$0,00				
VALOR DO(S) SERVIÇO(S):				
R\$0,00				
RETENÇÕES FEDERAIS:				
PIS(R\$):	COFINS(R\$):	INSS(R\$):	IR(R\$):	CSLL(R\$):
Outras Retenções(R\$):				
Valor dos Serviços:		R\$	Valor dos Serviços:	
(-) Descontos:		R\$	(-) Repasse:	
(-) Outras Retenções:		R\$	(-) Deduções:	
(-) ISSQN Retido na Fonte:		R\$	(=) Base de Cálculo:	
Total das Retenções:		R\$	R\$	
Valor Líquido:		R\$	(x) Alíquota:	
		R\$	(=) Valor do ISSQN:	
		R\$	R\$	
OUTRAS INFORMAÇÕES:				
				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS				
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano				
Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – ISSQN				
Praça: Getúlio Vargas, 272 – Centro – Monte Carmelo – MG – CEP: 38.500-000				
www.montecarmelo.mg.gov.br nfse@montecarmelo.mg.gov.br				
Modelo e emissão autorizados pelo Decreto nº _____, de _____ de 2014.				
X.....				
Recebi(emos) de: Razão Social do Prestador de Serviços, os serviços constantes nesta Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e			NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-e)	
			Número: X	
Data			Código de Verificação	
Assinatura			XXXXXXXXXX	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

ANEXO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – ISSQN

Praça: Getúlio Vargas, 272 – Centro – (34) 3842-5880

www.montecarmelo.mg.gov.br

nfse@montecarmelo.mg.gov.br

TERMO DE RESPONSABILIDADE

NOME OU RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CNPJ:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

RG:

ENDEREÇO:

Declaro que recebi, nesta data, senha da empresa acima qualificada, a qual permite acesso aos serviços disponibilizados na Internet – ISS WEB, pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – Seção de ISSQN da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG.

Tenho conhecimento que o acesso às informações por meio desta senha é de minha inteira responsabilidade, comprometendo-me a zelar pelo absoluto sigilo e, também, a solicitar o respectivo cancelamento, caso ocorra qualquer alteração da representatividade legal, que hoje detenho.

Por ser verdade, firmo o presente Termo de Compromisso.

Monte Carmelo – Minas Gerais, ____ de ____ de ____.

EMPRESA OU PROFISSIONAL CONTÁBIL:

Nº CRC:

CNPJ/CPF:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

RG:

ENDEREÇO:

ASSINATURA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

ANEXO III



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – ISSQN

Praça: Getúlio Vargas, 272 – Centro – (34) 3842-5880

www.montecarmelo.mg.gov.br nfse@montecarmelo.mg.gov.br

PROCURAÇÃO PARA RETIRADA DE SENHA DE ACESSO

OUTORGANTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

RG:

ENDEREÇO:

OUTORGADO

EMPRESA OU PROFISSIONAL CONTÁBIL:

Nº CRC:

CNPJ / CPF:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

RG:

Pelo presente instrumento particular de procuração e, na melhor forma de direito, o **OUTORGANTE**, acima qualificado, constitui e nomeia o **OUTORGADO** seu procurador, para o fim especial de promover junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – Seção de ISSQN da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, à retirada da senha que permite acesso aos serviços disponibilizados na Internet – ISS WEB, bem como dar ciência por meio eletrônico, nas intimações fiscais eletrônicas, caso venham a ser expedidas pelo fisco do Município. Podendo para tanto, usar de todos os poderes legais necessários ao desempenho do presente mandato.

Monte Carmelo – Minas Gerais, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Outorgante
(Reconhecer Firma)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO
Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

ANEXO IV

RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS – RPS

Número: 1	Emitido em: XX/XX/XXXX	Código de Verificação: XXXXXXXXXX	
Município da Prestação do(s) Serviço(s):	Regime de Recolhimento:	Forma de Recolhimento:	
LOGOMARCA SLOGAN	PRESTADOR DO(S) SERVIÇO(S)		
	Razão Social:		
	Endereço:		
	CMC:	CNPJ:	Fone/Fax:
	E-mail:		
TOMADOR DO(S) SERVIÇO(S)			
Nome ou Razão Social:			
Endereço:			
CMC:	CNPJ/CPF:	Fone/Fax:	
E-mail:			
Substituto Tributário:			
CÓDIGO DO(S) SERVIÇO(S):			
DISCRIMINAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):			
R\$0,00			
VALOR DO(S) SERVIÇO(S):			
R\$0,00			
RETENÇÕES FEDERAIS:			
PIS(R\$):	COFINS(R\$):	INSS(R\$):	
Outras Retenções(R\$):			
Valor dos Serviços:	R\$	Valor dos Serviços:	R\$
(-) Descontos:	R\$	(-) Repasse:	R\$
(-) Outras Retenções:	R\$	(-) Deduções:	R\$
(-) ISSQN Retido na Fonte:	R\$	(=) Base de Cálculo:	R\$
Total das Retenções:	R\$	(x) Alíquota:	R\$
Valor Líquido:	R\$	(=) Valor do ISSQN:	R\$
OUTRAS INFORMAÇÕES:			
É OBRIGATÓRIA A CONVERSÃO DESTES RPS EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e			
	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MINAS GERAIS Secretaria Municipal de Planejamento Urbano Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – ISSQN Praça: Getúlio Vargas, 272 – Centro – Monte Carmelo – MG – CEP: 38.500-000 www.montecarmelo.mg.gov.br nfse@montecarmelo.mg.gov.br		

Modelo e emissão autorizados pelo Decreto nº _____, de _____ de 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

ANEXO V



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
Diretoria de Receitas Municipais – Divisão de Tributos – ISSQN
Praça: Getúlio Vargas, 272 – Centro – (34) 3842-5880
www.montecarmelo.mg.gov.br nfse@montecarmelo.mg.gov.br

TERMO DE OPÇÃO PARA ACESSO À EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CNPJ:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

O contribuinte acima qualificado, solicita liberação de acesso para emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

Declara, ainda, que não se enquadra em nenhuma das situações previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 11 do Decreto nº ____/____.

Declara, também, que a adesão ao sistema de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e é irrevogável e irrevogável.

Declara, finalmente, que está ciente de sua total responsabilidade decorrente do uso da Senha de Acesso aos serviços disponíveis no ISS WEB.

Monte Carmelo – Minas Gerais, ____ de ____ de ____.

CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

RG:

ASSINATURA:

PARA USO DA REPARTIÇÃO FISCAL

Solicitação liberada e processada em ____/____/____.

Arquivar: ____/____/____.

Identificação e Assinatura do Servidor Público:

Identificação e Assinatura do Servidor Público: